


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0014540-53.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Hsbc Bank Brasil Sa Banco Múltiplo**  
 Requerido: **Izabeli Pereira de Andrade Garcia e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo move ação monitória contra Izabeli Pereira de Andrade Garcia e Luciano Arenega Garcia, cobrando débito oriundo de contrato de empréstimo.

Exauridas as tentativas de localização dos réus para citação pessoal, foram citados por edital.

O curador especial contestou por negativa geral, fls. 175.

Manifestação do autor às fls. 178/199.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Os réus contrataram a abertura de conta corrente, com abertura de crédito, conforme fls. 40/49, aderindo às cláusulas do contrato de fls. 20/45.

Observamos que, em 25/04/12, às fls. 51, houve a liberação, pela instituição financeira autora, na conta corrente dos réus, do valor de R\$ 39.219,00, por força de um financiamento contratado entre as partes.

Segundo o extrato de fls. 78/80, o pagamento deveria se dar por parcelas mensais, debitadas na conta corrente, sempre no dia 10 (sendo o primeiro 10/06/12) ou no primeiro dia útil subsequente.

As 10 primeiras parcelas foram regularmente liquidadas, mediante débito na referida conta, como consta no demonstrativo de fls. 78/81, informação esta confirmada pelos lançamentos nos extratos desses 10 primeiros meses (jun/12 a mar/13, fls. 53/69), sempre com a rubrica "parcela financ emprést" e no valor de R\$ 2.606,61. Nos meses posteriores, esses débitos também eram lançados, mas na sequência, na mesma data, eram estornados.

Temos, então, que não foram adimplidas as parcelas de nº 11 a 24, gerando o débito ora em cobrança.

O autor comprovou o fato constitutivo de seu direito, impondo-se, consequentemente, a procedência desta ação.

Ante o exposto, julgo procedente a ação e condeno os réus ao pagamento de R\$ 32.659,10, com atualização monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos desde a data da feitura dos cálculos de fls. 78/81. Condeno-os, ainda, em honorários advocatícios, arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

Transitada em julgado, apresente o credor memória atualizada do débito e peça, se o caso, o prosseguimento da ação em cumprimento de sentença.

P.R.I.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 06 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**